

HABEAS CORPUS Nº 473.025 - SP (2018/0263487-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUANA BARBOSA OLIVEIRA - MG134138
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDIMA DOS SANTOS GOMES

DECISÃO

EDIMA DOS SANTOS GOMES alega sofrer constrangimento ilegal em face de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação n. 0069854-38.2017.8.26.0050.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado à pena de **2 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado**, mais multa, pela prática de **tentativa de furto qualificado** – art. 155, § 4º, III, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (fls. 31-36).

A Corte de origem negou provimento ao apelo do acusado e manteve a sentença condenatória em todos os seus termos (fls. 11-18).

Nesta Corte Superior, busca a defesa a concessão da ordem a fim de redimensionar a reprimenda do paciente, com a **redução da pena-base e o afastamento da valoração negativa das consequências**.

Não houve pedido de liminar (fl. 40).

Prestadas as informações (fls. 43-53 e 55-56), os autos foram encaminhados ao Ministério Público Federal, que opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 58-60).

Decido.

I. Pena-base

A fixação da pena é regulada por princípios e regras constitucionais e legais previstos, respectivamente, nos arts. 5º, XLVI, da Constituição Federal, 59 do Código Penal e 387 do Código de Processo Penal.

Todos esses dispositivos remetem o aplicador do direito à individualização da medida concreta para que, então, seja eleito o *quantum* de pena a ser aplicada ao condenado criminalmente, visando à prevenção e à repressão do delito perpetrado.

Assim, para obter-se uma aplicação justa da lei penal, o julgador, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, há de atentar para as singularidades do caso concreto. Deve, na primeira etapa do procedimento trifásico, guiar-se pelas oito circunstâncias relacionadas no *caput* do art. 59 do Código Penal. São elas: a culpabilidade; os antecedentes; a conduta social; a personalidade do agente; os motivos; as circunstâncias e as consequências do crime e o comportamento da vítima.

Ao dosar a pena do paciente, o Juízo singular assim se pronunciou (fls. 32-33, grifei):

[...]

Por fim, **embora o réu tenha negado ter danificado o painel, ou tentado levar o veículo, confirmou que o abriu e nele ingressou para furtar objetos de seu interior, negativa esta, quanto ao objeto pretendido, que restou isolada nos autos, sem qualquer elemento que a corrobore, carecendo, portanto de qualquer credibilidade, até porque não explica os danos no painel, nem a palavra dos policiais dizendo que ele tentou acionar o motor.**

[...]

Ao contrário de um celular que se coloca no bolso e ninguém mais vê, no caso de veículos a pessoa tem que entrar no mesmo, no caso de carros, ou ficar sobre o mesmo, no caso de motocicletas, e circular publicamente com ele, evidenciando assim uma audácia e destemor muito maior por parte de quem tem a coragem de praticar a subtração deste tipo de bem.

Não é possível que o furto de um veículo seja apenado da mesma forma, ou de forma próxima, a de quem subtraia uma bicicleta ou um relógio, por exemplo. As gravidades das condutas são totalmente díspares, denotando no caso do crime relativo a veículos uma culpabilidade redobrada e uma personalidade muito mais seriamente comprometida e voltada para a criminalidade, bem como gerando muito maiores prejuízos para as vítimas.

Além disso, de se notar os maus antecedentes do réu,

conforme condenação da 1ª vara de Barueri (fls. 184, ao final, e 191, execução 1).

Também, o resultado com danos no veículo da vítima, gerando significativo prejuízo para ela, ainda que tentado o crime, como ela relatou em juízo.

Assim, considerando que no caso da subtração de uma bicicleta ou um relógio a pena seria a mínima, e considerando a gravidade muito superior no caso de veículos, e tendo em vista ainda o máximo previsto pelo legislador, **fixo a pena base na fase do artigo 59 do Código Penal em 3 anos**, o que representa, na verdade, um aumento de apenas um sexto do intervalo possível para o delito (de 2 a 8 anos).

O Tribunal local confirmou a dosimetria e teceu as seguintes considerações (fls. 14-15, destaquei):

[...]

A pena-base foi elevada frente ao elevado valor do bem veículo automotor gerando maior vantagem ao furtador e, via de consequência, maior prejuízo à vítima, bem assim porque a subtração de um automóvel implica em maior desprendimento de esforços, sobretudo ante a maior regulação estatal acerca de tais bens, de forma a recrudescer a culpabilidade do agente.

Trata-se, assim, de fundamentação idônea e, por isso mesmo, insuscetível de qualquer reparação.

[...]

Não bastasse, Edma (sic) ostenta maus antecedentes (fls. 184, parte final e fls. 295 execução 01), de maneira que, conjugadas todas as circunstâncias judiciais, a elevação procedida na origem não se afigura exagerada; ao revés, exprime incensurável razoabilidade.

No caso em exame, o Juízo sentenciante considerou desfavoráveis **os antecedentes do réu e as consequências do delito.**

A impetrante sustenta **a ilegalidade da exasperação da pena pelas consequências do ato criminoso**, porque a instância de origem haveria valorado negativamente a referida vetorial por se tratar de subtração de veículo, bem de elevado valor econômico.

No tocante às **consequências** do delito, verifico que o Juiz sentenciante ressaltou a **gravidade da conduta** do paciente, ao diferenciar as subtrações de um telefone celular e de um veículo, e conferiu maior culpabilidade e reprovação da personalidade em relação a este último, **além de mencionar os danos causados no automóvel**.

Conquanto esta Corte entenda que o fato de os objetos não serem totalmente recuperados não pode ensejar o recrudesimento da pena-base (pois a violação do patrimônio alheio é inerente ao tipo penal), **neste caso ficou expressa a gravidade da infração em razão do valor do bem subtraído**, o que gerou prejuízo ao ofendido. Logo, nos termos da jurisprudência do STJ, a motivação lançada é idônea. Nesse sentido:

[...]

1. **Admite-se a exasperação da pena-base pela valoração negativa das consequências do delito com base no valor do prejuízo sofrido pela vítima.**

2. *In casu*, considerando os altos valores subtraídos pelo grupo criminoso, mostra-se adequada a elevação da sanção inicial.

3. A forma audaciosa e o grau de coordenação com que praticados os delitos patrimoniais demonstram a maior reprovabilidade social das condutas e justificam o julgamento desfavorável das circunstâncias do crime.

[...]

(AgRg no HC n. 184.814/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 21/11/2013, destaquei).

[...]

2. **Quanto às consequências do crime**, conquanto esta Corte Superior entenda que o fato de os objetos não serem totalmente recuperados não pode ensejar o **recrudesimento da pena-base, no caso ficou expresso o alto valor dos bens roubados, e o substancial prejuízo aos ofendidos**.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC n. 405.220/MS, Rel. Ministro Rogério Schietti, 6ª T., DJe 9/8/2018, grifei)

Ademais, pela detida análise da folha de antecedentes criminais do paciente (fls. 19-28), noto que ele ostenta **ao menos três condenações com trânsito em julgado à época do cometimento do delito em análise, todas por delitos patrimoniais**.

Em recente julgado, **HC n. 348.451/RJ**, DJe 3/5/2016 – no qual fiquei vencido – a questão foi amplamente debatida pela Sexta Turma e ficou decidido, nos termos do voto vencedor do Ministro Nefi Cordeiro, que **"a existência de condenações anteriores transitadas em julgado pode justificar validamente a elevação da pena-base, tanto como maus antecedentes, bem como conduta social e personalidade, desde que diferentes as condenações consideradas, sob pena de *bis in idem*. O que não se admite é a consideração de uma mesma condenação para a valoração negativa de mais de uma circunstância judicial ou de uma circunstância judicial e da reincidência"**.

Logo, não merece reparos a decisão proferida pela instância antecedente.

II. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**